

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	23	5.3.2. Prevenção especial	65
1.1. Breve histórico do direito penal militar brasileiro	23	5.4. Teorias mistas, unificadoras, unitárias ou ecléticas	65
1.2. As inovações trazidas pela Lei n. 9.299, de 7 de agosto de 1996	26	5.5. Teoria da pena e o Direito Penal Militar	66
1.3. As inovações trazidas pela Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017	31	6. CONCEITO DE DIREITO PENAL MILITAR ...	69
1.4. As inovações trazidas pela Lei n. 14.688, de 20 de setembro de 2023	39	7. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL MILITAR	71
1.5. (In)Aplicabilidade da Lei n. 9.099/1995 ao Direito Castrense	40	7.1. Conceito de princípio e sua distinção das regras	71
2. DIREITO PENAL MILITAR SUBSTANTIVO E ADJETIVO	45	7.2. Conflito entre princípios	71
3. BEM JURÍDICO-PENAL	49	7.3. Classificação dos princípios	73
3.1. Generalidades	49	7.4. Princípios do Direito Penal Militar	74
3.2. Bem jurídico-penal militar	51	7.4.1. Princípio da legalidade	74
3.3. A regularidade das instituições militares	56	7.4.2. Princípio da intervenção mínima	80
4. CARÁTER ESPECIAL DO DIREITO PENAL MILITAR	59	7.4.3. Princípio da insignificância	83
5. FUNDAMENTOS E FINALIDADE DA PENA NO DIREITO PENAL MILITAR	61	7.4.4. Princípio da culpabilidade	87
5.1. Conceito precário de pena	62	7.4.5. Princípio da humanidade	89
5.2. Teorias absolutas da pena	62	7.4.6. Princípio <i>ne bis in idem</i>	90
5.3. Teorias relativas da pena	63	7.4.7. Princípio da personalidade intrascendência ou da pessoalidade	91
5.3.1. Prevenção geral	63	7.4.8. Princípio da individualização da pena	92
		7.4.9. Princípio da proporcionalidade	95
		8. CRIME PRÓPRIA E IMPROPRIAMENTE MILITAR	99
		8.1. Critério de configuração do crime militar ...	99

8.2. Relevância da distinção entre crimes propriamente e impropriamente militares	100	11.1.6. Defeito de incorporação ou da matrícula (art. 14 do CPM)	138
8.3. Teoria clássica	103	11.1.7. Tempo de guerra (art. 15 do CPM)	139
8.4. Visão da doutrina penal comum: uma "teoria topográfica"	103	11.1.8. Aplicação das regras da parte geral do CPM à legislação especial e aos crimes militares extravagantes e salário mínimo (art. 17 do CPM)	140
8.5. Teoria de Jorge Alberto Romeiro: "teoria processual"	104	11.1.9. Infrações disciplinares (art. 19 do CPM)	142
8.6. Classificação tricotômica de Ione de Souza Cruz e Cláudio Amin Miguel	105	11.1.10. Crimes praticados em tempo de guerra (art. 20 do CPM)	143
9. RELAÇÃO DO DIREITO PENAL MILITAR COM OUTRAS CIÊNCIAS E OUTROS RAMOS DO DIREITO	107	11.1.11. Equiparação a comandante (art. 23 do CPM)	143
9.1. Medicina Legal	107	11.1.12. Crime praticado em presença do inimigo (art. 25 do CPM)	143
9.2. Criminalística	107	11.1.13. Referência a brasileiro ou nacional (art. 26 do CPM)	143
9.3. Psiquiatria Forense	107	11.1.14. Servidores da Justiça Militar (art. 27 do CPM)	144
9.4. Ciências Criminais	107	11.1.15. Casos de prevalência do Código Penal Militar (art. 28 do CPM)	145
9.5. Filosofia do Direito	108	12. APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	147
9.6. Sociologia Jurídica	108	12.1. Lei penal militar no tempo	147
9.7. Direito Constitucional	108	12.1.1. Tempo do crime militar	148
9.8. Direito Administrativo	108	12.1.2. Irretroatividade da <i>lex gravior</i>	149
9.9. Direito Administrativo Disciplinar	109	12.1.3. <i>Abolitio criminis</i>	149
10. FONTES DO DIREITO PENAL MILITAR	117	12.1.4. <i>Lex mitior</i>	151
10.1. Fonte material	117	12.1.5. <i>Lex tertia</i>	152
10.2. Fontes formais	117	12.1.6. Medidas de segurança	153
10.2.1. Fonte imediata		12.1.7. Norma penal em branco	153
10.2.2. Fontes mediatas		12.1.8. Lei excepcional e lei temporária	154
11. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR	121	12.1.9. Crime continuado e crime permanente	154
11.1. Interpretação autêntica contextual no Código Penal Militar	126	12.1.10. Lei n. 13.491, de 16 de outubro de 2017 e sua aplicação no tempo	154
11.1.1. Conceito de militar (art. 22 do CPM)	126	12.1.11. Lei n. 14.688, de 20 de setembro de 2023, e sua aplicação no tempo	158
11.1.2. Conceito de militar por equiparação (art. 12 do CPM)	129	12.2. Lei penal militar no espaço	158
11.1.3. O extinto conceito de assemelhado (art. 21 do CPM)	131	12.2.1. Os dispositivos despidiendos	148
11.1.4. Conceito de superior funcional (art. 24 do CPM)	132	12.2.2. Lugar do crime militar	149
11.1.5. Situação do militar estrangeiro (art. 11 do CPM)	137		

12.3. Aplicação da lei penal militar em relação às pessoas	161	DO FATO PUNÍVEL	
12.3.1. Jurisdicionados das Justiças Militares	161	1. DOGMÁTICA PENAL E POLÍTICA CRIMINAL	203
12.3.2. Imunidade diplomática	165	2. MODELOS PENAIIS	205
12.3.3. Imunidades aplicadas aos detentores de mandatos eletivos	166	2.1. Conceitos de crime	205
12.3.3.1. Imunidades aplicadas aos parlamentares	168	2.1.1. Formal	206
12.3.3.2. Noções fundamentais acerca da aplicação da lei penal em relação aos detentores de mandato eletivo no Poder Executivo	177	2.1.2. Material	472
12.3.3.3. Efetiva aplicação da lei penal militar a ocupantes de cargos eletivos	180	2.1.3. Analítico	206
12.3.3.4. Outros casos de restrição à prisão e de foro especial	187	2.1.3.1. Causalismo clássico	207
12.4. Contagem de prazos no Direito Penal Militar	189	2.1.3.2. Causalismo neoclássico	211
13. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	191	2.1.3.3. Finalismo	214
13.1. Criação	192	2.1.3.4. Funcionalismo penal	219
13.2. Exercício da jurisdição e crimes de competência do TPI	193	2.1.3.4.1. O funcionalismo penal de Claus Roxin	219
13.3. Pontos polêmicos do Estatuto de Roma em relação ao ordenamento jurídico brasileiro	195	2.1.3.4.2. O funcionalismo penal de Günther Jakobs	222
13.3.1. Porosidade dos tipos penais em face da técnica heterodoxa (art. 9º)	196	2.1.3.4.3. Günther Jakobs e o Direito Penal do inimigo	226
13.3.2. Exceções ao princípio da coisa julgada	197	2.1.3.5. A exaltação da “revolução welzeniana”: o finalismo como sistema reitor e seu conceito analítico de crime	227
13.3.3. Imprescritibilidade dos delitos abran- gidos pela competência do TPI	197	2.1.3.5.1. Modelo adotado pelo Código Penal Militar	227
13.3.4. Entrega de nacionais em contraposição à vedação de extradição de brasileiros natos	198	2.1.3.5.2. Modelo adotado no Código Penal comum	228
13.3.5. Cominação de pena de prisão perpétua	198	2.1.3.5.3. A negação do funcionalismo como modelo reitor para o Estado Democrático de Direito	229
13.4. Crime militar e a competência do TPI	199	2.1.3.5.4. O Direito Penal Militar e a possibilidade de aplicação de uma moldura finalista	234
		2.1.3.6. Elementos do conceito analítico de crime segundo o finalismo	235
		2.1.3.6.1. Tipo de injusto: o fato típico	235
		2.1.3.6.1.1. Ação humana	236
		2.1.3.6.1.1.1. Teoria causal da ação	236

2.1.3.6.1.1.2. Teoria finalista da ação	236	2.1.3.6.1.4.9. Inciso III do art. 9º do CPM	325
2.1.3.6.1.1.3. Teoria social da ação	237	2.1.3.6.1.4.10. Os crimes militares dolosos contra a vida de civis: os parágrafos do art. 9º do CPM	339
2.1.3.6.1.1.4. Outras teorias da ação	238	2.1.3.6.1.4.11. Os crimes militares em tempo de guerra: art. 10 do CPM	349
2.1.3.6.1.2. Resultado		2.1.3.6.1.4.12. Concurso de pessoas no Direito Penal Militar	353
2.1.3.6.1.3. Relação de causalidade	247	2.1.3.6.2. Tipo de injusto: a antijuridicidade	365
2.1.3.6.1.3.1. Teoria da equivalência dos antecedentes (teoria da <i>conditio sine qua non</i>)	247	2.1.3.6.2.1. Escorço histórico	365
2.1.3.6.1.3.2. Teoria da adequação	251	2.1.3.6.2.2. Antijuridicidade, injusto e antinormatividade	366
2.1.3.6.1.3.3. Teoria da relevância jurídica	252	2.1.3.6.2.3. Antijuridicidade ou ilicitude?	367
2.1.3.6.1.3.4. Teoria da imputação objetiva do resultado	252	2.1.3.6.2.4. Antijuridicidade penal e extrapenal	367
2.1.3.6.1.3.5. Nexo causal nos crimes omissivos	253	2.1.3.6.2.5. Antijuridicidade material e formal	368
2.1.3.6.1.4. Tipo penal (tipo legal ou tipicidade em sentido estrito)	255	2.1.3.6.2.6. Desvalor da ação e desvalor do resultado	369
2.1.3.6.1.4.1. Escorço histórico da teoria da tipicidade ..	255	2.1.3.6.2.7. Excludentes de antijuridicidade no Código Penal Militar	370
2.1.3.6.1.4.2. Tipo penal militar comissivo doloso	259	2.1.3.6.2.7.1. Estado de necessidade	370
2.1.3.6.1.4.3. Tipo penal militar omissivo	264	2.1.3.6.2.7.2. Legítima defesa	374
2.1.3.6.1.4.4. Tipo penal militar culposo	265	2.1.3.6.2.7.3. Estrito cumprimento do dever legal	378
2.1.3.6.1.4.5. Tipo legal do crime militar: as hipóteses do art. 9º do CPM	269	2.1.3.6.2.7.4. Exercício regular de um direito	379
2.1.3.6.1.4.6. Propostas de subsunção típica para os crimes militares após a Lei n. 13.491/2017	275	2.1.3.6.2.7.5. Uso necessário da força para compelir subordinado	381
2.1.3.6.1.4.7. Inciso I do art. 9º do CPM	278	2.1.3.6.2.7.6. Consentimento do ofendido	382
2.1.3.6.1.4.8. Inciso II do art. 9º do CPM	281	2.1.3.6.2.7.7. Excesso nas causas justificantes	383
		2.1.3.6.3. Culpabilidade	385

2.1.3.6.3.1. Teorias da culpabilidade e os modelos penais	386	1.4. Impedimento	453
2.1.3.6.3.1.1. Teoria psicológica da culpabilidade	386	1.5. As revogadas penas de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e de reforma	454
2.1.3.6.3.1.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	387	2. DA APLICAÇÃO DA PENA	461
2.1.3.6.3.1.3. Teoria normativa pura da culpabilidade	387	2.1. Primeira fase da aplicação da pena: definição da pena-base	464
2.1.3.6.3.2. Imputabilidade	388	2.2. Segunda fase da aplicação da pena: circunstâncias agravantes e atenuantes	472
2.1.3.6.3.2.1. O problema da maioria penal no Código Penal Militar ou o Direito Penal Militar Juvenil (?)	389	2.2.1. Circunstâncias agravantes	472
2.1.3.6.3.2.2. Embriaguez e seu tratamento no Código Penal Militar	408	2.2.2. Circunstâncias atenuantes	479
2.1.3.6.3.3. Potencial conhecimento da ilicitude	412	2.3. Terceira fase da aplicação da pena: causas especiais de aumento e diminuição de pena	485
2.1.3.6.3.3.1. A problemática do erro e a consciência da ilicitude	413	3. DAS PENAS ACESSÓRIAS	491
2.1.3.6.3.4. Exigibilidade de conduta diversa	425	3.1. Espécies de penas acessórias	492
2.1.3.6.3.4.1. Coação irresistível e obediência hierárquica	425	3.1.1. Perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e incompatibilidade com o oficialato ..	492
2.1.3.6.3.4.2. Estado de necessidade exculpante	434	3.1.2. Exclusão das Forças Armadas	500
2.1.3.6.3.4.3. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	435	3.1.3. Perda da função pública	506
		3.1.4. Inabilitação para o exercício de função pública	507
		3.1.5. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela, quando tal medida for determinante para salvaguardar os interesses do filho, do tutelado ou do curatelado	507
		3.1.6. Suspensão dos direitos políticos	510
		3.1.7. Imposição de pena acessória	512
		4. MEDIDAS DE SEGURANÇA	513
		4.1. Pessoas sujeitas às medidas de segurança	514
		4.2. Internação em estabelecimento de custódia e tratamento ou seção especial de estabelecimento penal e tratamento ambulatorial	514
		4.3. Cassação de licença para dirigir veículos motorizados	521
		4.4. Exílio local	521
		4.5. Proibição de frequentar determinados lugares	521

CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

1. DAS PENAS PRINCIPAIS	439
1.1. Pena de morte	440
1.2. Reclusão e detenção	444
1.3. Prisão	452

4.6. Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação	522	7.6. Extinção da pena	551
4.7. Confisco	522	7.7. Não aplicação do livramento condicional	551
4.8. Quadro resumido	523	7.8. Casos especiais	551
5. CONCURSO DE CRIMES NO CÓDIGO PENAL MILITAR	525	8. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	553
5.1. Conceito	525	9. AÇÃO PENAL	565
5.2. Diferenciação entre reincidência, concurso de pessoas e concurso aparente de normas	525	9.1. Introdução	565
5.3. Sistemas de aplicação de penas em concurso de crimes	526	9.2. Condições da ação	566
5.4. Concurso de crimes no Código Penal Militar	526	9.3. Espécies de ação penal do Direito Penal comum	568
5.4.1. Análise do art. 79 do CPM	526	9.3.1. Ação penal pública	568
5.4.2. Crime continuado no CPM	534	9.3.1.1. Ação penal pública incondicionada (ou absoluta)	569
5.4.3. O problema do art. 81 do CPM na unificação das penas privativas de liberdade no concurso de crimes e na fixação da pena final em crimes praticados isoladamente	537	9.3.1.2. Ação penal pública condicionada	570
6. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA	539	9.3.1.2.1. Representação do ofendido ou de seu representante legal	570
6.1. Conceito	539	9.3.1.2.2. Requisição do Ministro da Justiça	571
6.2. Requisitos	539	9.3.2. Ação penal privada. Modalidades	568
6.3. Condições	540	9.3.2.1. Ação penal privada exclusiva	572
6.4. Revogação	542	9.3.2.1.1. Queixa-crime	573
6.4.1. Causas de revogação obrigatória	542	9.3.2.1.2. Renúncia	574
6.4.2. Revogação facultativa	543	9.3.2.1.3. Perdão do ofendido	574
6.5. Prorrogação	545	9.3.2.2. Ação penal privada subsidiária da pública	574
6.6. Extinção da pena	545	9.4. Ação penal no Direito Penal Militar	575
6.7. Não aplicação do <i>sursis</i>	545	9.4.1. Ação penal nos crimes militares extravagantes	577
7. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	549	10. PUNIBILIDADE	581
7.1. Conceito	549	10.1. Conceito	581
7.2. Requisitos	549	10.2. Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal comum	584
7.3. Penas em concurso de infrações		10.2.1. Morte do agente	585
7.4. Especificação das condições	550	10.2.2. Anistia, graça ou indulto	586
7.5. Revogação	550	10.2.2.1. Anistia	586
7.5.1. Obrigatória	550	10.2.2.2. Graça ou indulto	587
7.5.2. Facultativa	551	10.2.3. “Abolitio criminis”	588
		10.2.4. Decadência	589
		10.2.5. Perempção	589

10.2.6. Renúncia do direito de queixa e perdão aceito	590	11.2.3.2.1. Sustação da ação penal contra parlamentar federal e estadual	623
10.2.7. Retratação do agente	590	11.2.3.2.2. Suspensão da prescrição em crime praticado pelo Presidente da República	624
10.2.8. Perdão judicial	590	11.2.3.2.3. Suspensão condicional do processo nos termos da Lei n. 9.099/95 (sursis processual)	625
10.2.9. Prescrição	590	11.2.3.2.4. Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal comum	626
10.3. Causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	590	11.2.3.2.5. Suspensão da prescrição pela expedição de carta rogatória	630
10.3.1. Morte do agente	591	11.2.3.2.6. Causas suspensivas trazidas pela Lei n. 13.964/2019 ("Pacote Anticrime")	630
10.3.2. Anistia ou indulto	591	11.2.4. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	632
10.3.2.1. Anistia	591	11.2.4.1. Causas de interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva expressas no Código Penal Militar	633
10.3.2.2. Graça e Indulto	597	11.2.4.2. Causas interruptivas do Código Penal comum e sua irrelevância para a prescrição da pretensão punitiva do crime militar	649
10.3.3. "Abolitio criminis"	598	11.2.4.3. Disposições específicas sobre a interrupção da prescrição da pretensão punitiva	650
10.3.4. Prescrição	598	11.2.5. Espécies de prescrição da pretensão punitiva	650
10.3.5. Ausência da decadência, perempção, renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido aceito pelo querelado como causas extintivas da punibilidade no Direito Penal Militar	598	11.2.5.1. Prescrição retroativa da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	651
10.3.6. Perdão judicial no Direito Penal Militar	600	11.2.5.2. Prescrição intercorrente da pretensão punitiva, com base na pena em concreto	655
11. PRESCRIÇÃO	605	11.2.5.3. Prescrição virtual da pretensão punitiva, com base na possível aplicação de uma pena em concreto	656
11.1. Introdução	605	11.3. Prescrição da pretensão executória	661
11.2. Prescrição da pretensão punitiva	607	11.3.1. Prazos de prescrição da pretensão executória	661
11.2.1. Prazos da prescrição da pretensão punitiva	607		
11.2.2. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	613		
11.2.3. Suspensão do prazo da prescrição da pretensão punitiva	617		
11.2.3.1. Causas suspensivas previstas no Código Penal Militar	617		
11.2.3.1.1. Questões prejudiciais heterogêneas	617		
11.2.3.1.2. Cumprimento de pena no estrangeiro	621		
11.2.3.1.3. Pendência de embargos de declaração ou de recursos ao Supremo Tribunal Federal, se estes forem considerados inadmissíveis	622		
11.2.3.2. Causas suspensivas extravagantes ao Código Penal Militar	623		

11.3.2. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	664	1.1. Motim	715
11.3.3. Causas suspensivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	667	1.2. Revolta	726
11.3.4. Causas interruptivas da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória	667	1.3. Organização de grupo para a prática de violência	727
11.3.5. Efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão executória	667	1.4. Omissão de lealdade militar	729
11.4. Prescrição do crime de deserção	668	1.5. Conspiração	731
12. REABILITAÇÃO	671	1.6. Cumulação de penas	734
INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL	673	2. Da aliciação e do incitamento	735
1. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA EXTERNA DO PAÍS	675	2.1. Aliciação para motim ou revolta	735
1. Hostilidade contra país estrangeiro	681	2.2. Incitamento	738
2. Provocação a país estrangeiro	685	2.3. Apologia de fato criminoso ou do seu autor	741
3. Ato de jurisdição indevida	687	3. Da violência contra superior ou militar de serviço	743
4. Violação de território estrangeiro	692	3.1. Violência contra superior	743
5. Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra	693	3.2. Violência contra militar de serviço ...	755
6. Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil	695	3.3. Ausência de dolo no resultado	761
7. Tentativa contra a soberania do Brasil	697	4. Do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda	765
8. Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem	701	4.1. Desrespeito a superior	765
9. Revelação de notícia, informação ou documento	704	4.2. Desrespeito a símbolo nacional	772
10. Turbação de objeto ou documento	707	4.3. Despojamento desprezível	774
11. Penetração com o fim de espionagem	708	5. Da insubordinação	776
12. Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho de guerra	711	5.1. Recusa de obediência	776
13. Sobrevoos em local interdito	712	5.2. Oposição à ordem de Sentinela	782
14. Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	713	5.3. Reunião ilícita	784
2. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR	715	5.4. Publicação ou crítica indevida	789
1. Do motim e da revolta	715	6. Da usurpação e do excesso ou abuso de autoridade	795
		6.1. Assunção de comando sem ordem ou autorização	795
		6.2. Conservação ilegal de comando	796
		6.3. Operação militar sem ordem superior	797
		6.4. Ordem arbitrária de invasão	799
		6.5. Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia	800
		6.6. Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa	802
		6.7. Abuso de requisição militar	806

6.8.	Rigor excessivo	809	3.4.	Omissão de eficiência da força	898
6.9.	Violência contra inferior hierárquico ..	812	3.5.	Omissão de providências para evitar danos	901
6.10.	Ofensa aviltante a inferior hierárquico	817	3.6.	Omissão de providências para salvar comandados	902
7.	Da resistência	820	3.7.	Omissão de socorro	903
7.1.	Resistência mediante ameaça ou violência	820	3.8.	Embriaguez em serviço	905
8.	Da fuga, evasão, arrebatamento e amotinamento de presos	823	3.9.	Dormir em serviço	910
8.1.	Fuga de preso ou internado	823	4.	Do exercício de comércio	912
8.2.	Modalidade culposa	826	4.1.	Exercício de comércio por oficial	912
8.3.	Evasão de preso ou internado	828	5.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	918
8.4.	Arrebatamento de preso ou internado	831			
8.5.	Amotinamento	833	4. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	919	
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	835	1.	Do homicídio	919
3. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR	839		1.1.	Homicídio simples, "privilegiado" e qualificado	919
1.	Da insubmissão	839	1.2.	Homicídio culposos	929
1.1.	Insubmissão	839	1.3.	Provocação direta ou auxílio a suicídio	941
1.2.	Criação ou simulação de incapacidade física	842	2.	Do genocídio	953
1.3.	Substituição de convocado	843	2.1.	Genocídio	953
1.4.	Favorecimento a convocado	844	3.	Da lesão corporal e da rixa	958
2.	Da deserção	847	3.1.	Lesão corporal dolosa	958
2.1.	Deserção	847	3.2.	Lesão culposa	971
2.2.	Casos assimilados	871	3.3.	Participação em rixa	974
2.3.	Atenuante e agravante especiais	876	4.	Da periclitção da vida ou da saúde	975
2.4.	Deserção especial	877	4.1.	Abandono de pessoa	975
2.5.	Concerto para deserção	881	4.2.	Maus-tratos	979
2.6.	Deserção por evasão ou fuga	883	5.	Dos crimes contra a honra	982
2.7.	Favorecimento a desertor	887	5.1.	Calúnia	982
2.8.	Omissão de oficial	888	5.2.	Difamação	992
3.	Do abandono de posto e de outros crimes em serviço	890	5.3.	Injúria	995
3.1.	Abandono de posto	890	5.4.	Injúria real	1001
3.2.	Descumprimento de missão	894	5.5.	Ofensa às Forças Armadas	1003
3.3.	Retenção indevida	896	6.	Dos crimes contra a liberdade	1005
			6.1.	Dos crimes contra a liberdade individual	1005
			6.1.1.	Constrangimento ilegal	1005

6.1.2.	Ameaça	1014	4.	Do estelionato e outras fraudes	1147
6.1.3.	Desafio para duelo	1016	4.1.	Estelionato	1147
6.1.4.	Sequestro ou cárcere privado ...	1017	4.2.	Abuso de pessoa	1160
6.2.	Do crime contra a inviolabilidade do domicílio	1021	5.	Da receptação	1162
6.2.1.	Violação de domicílio	1021	5.1.	Receptação	1162
6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação	1036	5.2.	Receptação culposa	1166
6.3.1.	Violação de correspondência	1036	6.	Da usurpação	1167
6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos de caráter particular	1043	6.1.	Alteração de limites	1167
6.4.1.	Divulgação de segredo	1043	6.2.	Aposição, supressão ou alteração de marca	1170
6.4.2.	Violação de recato	1045	7.	Do dano	1171
6.4.3.	Violação de segredo profissional	1055	7.1.	Dano simples, dano atenuado e dano qualificado	1171
7.	Dos crimes sexuais	1057	7.2.	Dano em material ou aparelhamento de guerra	1173
7.1.	Estupro	1058	7.3.	Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar	1175
7.2.	Corrupção de menores	1076	7.4.	Dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares	1177
7.3.	Ato de libidinagem	1079	7.5.	Desaparecimento, consunção ou extravio	1179
8.	Do ultraje público ao pudor	1082	8.	Da usura	1183
8.1.	Ato obsceno	1082	8.1.	Usura pecuniária	1183
8.2.	Escrito ou objeto obsceno	1085	9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1187
9.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1087			
5.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .	1089	6.	CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1189
1.	Do furto	1089	1.	Dos crimes de perigo comum	1189
1.1.	Furto	1089	1.1.	Incêndio	1189
1.2.	Furto de uso	1108	1.2.	Explosão	1193
2.	Do roubo e da extorsão	1110	1.3.	Emprego de gás tóxico ou asfixiante	1197
2.1.	Roubo	1110	1.4.	Abuso de radiação	1200
2.2.	Extorsão	1125	1.5.	Inundação	1201
2.3.	Extorsão mediante sequestro	1130	1.6.	Perigo de inundação	1203
2.4.	Chantagem	1135	1.7.	Desabamento ou desmoronamento	1206
2.5.	Extorsão indireta	1137	1.8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de socorro	1208
3.	Da apropriação indébita	1138			
3.1.	Apropriação indébita simples	1138			
3.2.	Apropriação de coisa havida acidentalmente	1143			

1.9.	Fatos que expõem a perigo aparelhamento militar	1209	7. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRA- ÇÃO MILITAR	1279
1.10.	Formas qualificadas pelo resultado	1210	1. Do desacato e da desobediência	1279
1.11.	Difusão de epizootia ou praga vegetal	1210	1.1. Desacato a superior	1279
1.12.	Embriaguez ao volante	1212	1.2. Desacato a militar	1286
1.13.	Perigo resultante de violação de regra de trânsito	1217	1.3. Desacato a servidor público	1291
1.14.	Fuga após acidente de trânsito	1218	1.4. Desobediência	1294
2.	Dos crimes contra os meios de trans- porte e de comunicação	1224	1.5. Ingresso clandestino	1298
2.1.	Perigo de desastre ferroviário	1224	2. Do peculato	1300
2.2.	Atentado contra transporte	1226	2.1. Peculato	1300
2.3.	Atentado contra viatura ou outro meio de transporte	1229	2.2. Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem	1311
2.4.	Formas qualificadas pelo resultado	1230	3. Da concussão, excesso de exação e desvio	1313
2.5.	Arremesso de projétil	1231	3.1. Concussão	1313
2.6.	Atentado contra serviço de utilidade militar	1232	3.2. Excesso de exação	1318
2.7.	Interrupção ou perturbação de serviço ou meio de comunicação ..	1234	3.3. Desvio	1320
2.8.	Aumento de pena	1237	4. Da corrupção	1322
3.	Dos crimes contra a saúde	1237	4.1. Corrupção passiva	1322
3.1.	Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar	1237	4.2. Corrupção ativa	1328
3.1.1.	Apresentação para o serviço sob efeito de substância entorpecente	1258	4.3. Participação ilícita	1331
3.2.	Receita ilegal	1262	5. Da falsidade	1332
3.3.	Epidemia	1266	5.1. Falsificação de documento	1332
3.4.	Envenenamento com perigo extensivo	1269	5.2. Falsidade ideológica	1340
3.5.	Corrupção ou poluição de água potável	1272	5.3. Cheque sem fundos	1343
3.6.	Fornecimento de substância nociva	1273	5.4. Certidão ou atestado ideologicamente falso	1345
3.7.	Fornecimento de substância alte- rada	1274	5.5. Uso de documento falso	1347
3.8.	Omissão de notificação de doença	1276	5.6. Supressão de documento	1349
4.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1278	5.7. Uso de documento pessoal alheio	1351
			5.8. Falsa identidade	1353
			6. Dos crimes contra o dever funcional	1354
			6.1. Prevaricação	1354
			6.2. Violação do dever funcional com o fim de lucro	1358
			6.3. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1360
			6.4. Condescendência criminosa	1361
			6.5. Não inclusão de nome em lista	1364

6.6.	Inobservância de lei, regulamento ou instrução	1365	9.	Publicidade opressiva	1427
6.7.	Violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação	1371	10.	Desobediência a decisão judicial	1429
6.8.	Violação de sigilo funcional	1372	11.	Favorecimento pessoal	1430
6.9.	Violação de sigilo de proposta de concorrência	1375	12.	Favorecimento real	1432
6.10.	Obstáculo à hasta pública, concorrência ou tomada de preços	1379	13.	Inutilização, sonegação ou descaminho de material probante	1434
6.11.	Exercício funcional ilegal	1382	14.	Exploração de prestígio	1436
6.12.	Abandono de cargo	1383	15.	Desobediência à decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito	1437
6.13.	Aplicação ilegal de verba ou dinheiro	1385	16.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1438
6.14.	Abuso de confiança ou boa-fé	1387	9. BREVES COMENTÁRIOS AOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA	1439	
6.15.	Violência arbitrária	1388	1.	Do favorecimento ao inimigo	1441
6.16.	Patrocínio indébito	1392	1.1.	Da traição	1441
7.	Dos crimes praticados por particular contra a administração militar	1394	1.1.1.	Traição	1441
7.1.	Usurpação de função	1394	1.1.2.	Favor ao inimigo	1444
7.2.	Tráfico de influência	1395	1.1.3.	Tentativa contra a soberania do Brasil	1445
7.3.	Subtração ou inutilização de livro, processo ou documento	1398	1.1.4.	Coação a Comandante	1446
7.4.	Inutilização de edital ou de sinal oficial	1399	1.1.5.	Informação ou auxílio ao inimigo	1446
7.5.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1400	1.1.6.	Aliciação de militar	1447
8.	Sursis, livramento condicional e liberdade provisória	1402	1.1.7.	Ato prejudicial à eficiência da tropa	1448
8. CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR	1405		1.2.	Da traição imprópria	1448
1.	Recusa de função na justiça militar	1407	1.2.1.	Traição imprópria	1448
2.	Desacato	1407	1.3.	Da cobardia	1449
3.	Coação	1412	1.3.1.	Cobardia	1449
4.	Denunciação caluniosa	1414	1.3.2.	Cobardia qualificada	1449
5.	Comunicação falsa de crime	1418	1.3.3.	Fuga em presença do inimigo ..	1450
6.	Autoacusação falsa	1419	1.4.	Da espionagem	1450
7.	Falso testemunho ou falsa perícia	1420	1.4.1.	Espionagem	1450
8.	Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete	1425	1.4.2.	Penetração de estrangeiro	1451
			1.5.	Do motim e da revolta	1451
			1.5.1.	Motim, revolta ou conspiração .	1451
			1.5.2.	Omissão de lealdade militar	1452
			1.6.	Do incitamento	1452
			1.6.1.	Incitamento	1452

1.6.2.	Incitamento em presença do inimigo	1452	1.12.1.	Deserção	1461
1.7.	Da inobservância do dever militar .	1452	1.12.2.	Deserção em presença do inimigo	1461
1.7.1.	Rendição ou capitulação	1452	1.12.3.	Falta de apresentação	1461
1.7.2.	Omissão de vigilância	1453	1.13.	Da libertação, da evasão e do amotinamento de prisioneiros	1462
1.7.3.	Descumprimento do dever militar	1453	1.13.1.	Libertação de prisioneiro	1462
1.7.4.	Falta de cumprimento de ordem	1454	1.13.2.	Evasão de prisioneiro	1462
1.7.5.	Entrega ou abandono culposos .	1455	1.13.3.	Amotinamento de prisioneiros .	1463
1.7.6.	Captura ou sacrifício culposos	1455	1.14.	Do favorecimento culposos ao inimigo	1463
1.7.7.	Separação reprovável	1456	1.14.1.	Favorecimento culposos	1463
1.7.8.	Abandono de comboio	1456	2.	Da hostilidade e da ordem arbitrária	1464
1.7.9.	Separação culposa de comando	1457	2.1.	Prolongamento de hostilidades	1464
1.7.10.	Tolerância culposa	1458	2.2.	Ordem arbitrária	1464
1.7.11.	Entendimento com o inimigo ...	1458	3.	Dos crimes contra a pessoa	1464
1.8.	Do dano	1458	3.1.	Do homicídio	1464
1.8.1.	Dano especial	1458	3.1.1.	Homicídio simples	1464
1.8.2.	Dano em bens de interesse militar	1459	3.2.	Do genocídio	1465
1.8.3.	Envenenamento, corrupção ou epidemia	1459	3.2.1.	Genocídio	1465
1.9.	Dos crimes contra a incolumidade pública	1459	3.2.2.	Casos assimilados	1465
1.9.1.	Crimes de perigo comum	1459	3.3.	Da lesão corporal	1465
1.10.	Da insubordinação e da violência	1459	3.3.1.	Lesão leve	
1.10.1.	Recusa de obediência ou oposição.....	1459	4.	Dos crimes contra o patrimônio	1465
1.10.2.	Coação contra Oficial-General ou Comandante	1460	4.1.	Furto	1465
1.10.3.	Violência contra superior ou militar de serviço	1460	4.2.	Roubo ou extorsão	1466
1.11.	Do abandono de posto	1460	4.3.	Saque	1466
1.11.1.	Abandono de posto	1460	5.	Do rapto e da violência carnal	1466
1.12.	Da deserção e da falta de apresentação	1461	5.1.	Rapto	1466
			5.2.	Violência carnal	1468
			5.3.	Sursis e livramento condicional	1468
			REFERÊNCIAS	1469	